

REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE OLEIROS

Preâmbulo

Está plasmado na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 2.º, que esta “é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependências de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”.

É por isso um dever das instituições democráticas promover novas formas de participação dos cidadãos na definição de políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da confiança entre eleitores e eleitos.

O Orçamento Participativo do Município de Oleiros pretende cumprir esse objetivo, contribuindo, igualmente, para uma maior sensibilização da comunidade para as atribuições e competências do município e para o envolvimento dos munícipes na gestão autárquica.

ÍNDICE

CAPÍTULO - I DISPOSIÇÕES GERAIS

- Artigo 1.º - Princípio Estruturante
- Artigo 2.º - Missão
- Artigo 3.º - Objetivos
- Artigo 4.º - Modelo
- Artigo 5.º - Componente Orçamental
- Artigo 6.º - Âmbito territorial
- Artigo 7.º - Coordenação

CAPÍTULO II - PROCESSO E FUNCIONAMENTO

- Artigo 8.º - Período e fases do processo
- Artigo 9.º - Preparação e divulgação
- Artigo 10.º - Recolha de Propostas
- Artigo 11.º - Análise Técnica
- Artigo 12.º - Votação
- Artigo 13.º - Apresentação dos Resultados
- Artigo 14.º - Avaliação e Prestação de Contas

CAPÍTULO III - MODELO DE PARTICIPAÇÃO

- Artigo 15.º - Participação
- Artigo 16.º - Formas de Participação
- Artigo 17.º - Assembleias Participativas
- Artigo 18.º - Propostas
- Artigo 19.º - Projetos Vencedores
- Artigo 20.º - Acompanhamento

CAPÍTULO IV - CONSTITUIÇÃO E FUNÇÕES DAS COMISSÕES

- Artigo 21.º - Comissão de Supervisão do Orçamento Participativo
- Artigo 22.º - Comissão de Análise e Acompanhamento

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

- Artigo 23.º - Casos Omissos
- Artigo 24.º - Revisão das Normas de Participação
- Artigo 25.º - Entrada em vigor

CAPÍTULO

I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Princípio Estruturante

1. O presente regulamento é elaborado ao abrigo do uso da competência regulamentar conferida pelo artigo 241.º da Constituição da República, e pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
2. A implementação do Orçamento Participativo do Município de Oleiros está vinculada aos valores da democracia participativa, constantes dos artigos 2º e 48.º da Constituição da República Portuguesa.

Artigo 2.º

Missão

O Município de Oleiros, como forma de potenciar os valores da democracia, incentivando toda a comunidade a participar na gestão pública local, define a existência de dois processos paralelos e interligados de Orçamento Participativo denominados:

- a) Orçamento Participativo Jovem (dos 16 aos 24 anos)
- b) Orçamento Participativo Geral (25 ou mais anos)

Artigo 3.º

Objetivos

O Orçamento Participativo pretende:

- a) Contribuir para uma maior aproximação das políticas públicas e da governação local às reais e expectantes necessidades dos jovens e da comunidade em geral;
- b) Fomentar e contribuir para o exercício de uma cidadania participativa, ativa e

responsável que potencie a credibilidade das instituições e a qualidade da própria democracia, com o envolvimento dos jovens e da população em geral;

- c) Incentivar a interação entre eleitos, técnicos municipais e cidadãos na procura de soluções para melhorar a transparência da gestão pública e a qualidade de vida no concelho, especialmente, em benefício das áreas do território mais afastadas e dos grupos sociais mais vulneráveis.

Artigo 4.º

Modelo

1. O Orçamento Participativo assenta num modelo de participação com duas vertentes, uma de cariz consultivo e outra de cariz deliberativo.
2. A dimensão consultiva diz respeito ao período no qual os munícipes são convidados a apresentar as suas propostas de investimento.
3. A dimensão deliberativa provém do facto de serem os munícipes a decidir, através de votação, as propostas vencedoras, cujos montantes deverão constar do Orçamento Municipal do ano seguinte, dentro do valor total que lhe for anualmente atribuído.
4. O Município de Oleiros compromete-se a integrar as propostas vencedoras no Orçamento Municipal do ano financeiro seguinte ao da participação.

Artigo 5.º

Componente Orçamental

1. Ao Orçamento Participativo Jovem e ao Orçamento Participativo Geral é atribuído um montante anual a definir pelo executivo da Câmara Municipal de Oleiros. O valor total a afetar ao processo de Orçamento Participativo é definido anualmente pela Câmara Municipal de Oleiros.
2. O Executivo Municipal compromete-se a integrar as propostas vencedoras do Orçamento Participativo na proposta de Orçamento Municipal do ano subsequente ao ano da eleição das mesmas.

Artigo 6.º

Âmbito territorial

O Orçamento Participativo abrange todo o território do município de Oleiros.

Artigo 7.º

Coordenação

A coordenação do Orçamento Participativo cabe ao Presidente da Câmara Municipal de Oleiros ou seu substituto legal, sendo diretamente apoiado pela Comissão de Análise e Acompanhamento.

CAPÍTULO II

PROCESSO E FUNCIONAMENTO

Artigo 8.º

Período e fases do processo

O Orçamento Participativo do Município de Oleiros tem um ciclo anual dividido em seis períodos distintos:

- a) Preparação e divulgação;
- b) Recolha de propostas;
- c) Análise técnica das propostas;
- d) Votação das propostas;
- e) Apresentação dos resultados;
- f) Avaliação e prestação de contas.

Artigo 9.º

Preparação e divulgação

1. A fase de preparação e divulgação envolve a prossecução de todos os trabalhos necessários para a implementação do Orçamento Participativo, designadamente:
 - a) Definição da metodologia;
 - b) Constituição da Comissão de Supervisão, nos termos do artigo 21.º;
 - c) Constituição da Comissão de Análise e Acompanhamento, nos termos do artigo 22.º;
 - d) Criação dos instrumentos de participação;
 - e) Determinação do montante anual a atribuir ao Orçamento Participativo;
 - f) Definição e aprovação das normas do Orçamento Participativo;
 - g) Divulgação do processo junto da comunidade.
2. Este período decorre previsivelmente entre os meses de janeiro, fevereiro e março.

Artigo 10.º

Recolha de Propostas

1. A recolha de propostas será feita através de meios digitais, na página própria do Orçamento Participativo e através de formulário próprio, presencialmente nas Assembleias Participativas as quais são organizadas por forma a favorecer o debate entre os participantes.
2. O período de recolha de propostas decorrerá, previsivelmente, entre os meses de abril e maio.

Artigo 11.º

Análise Técnica

1. Nos meses de junho e julho a Comissão de Análise e Acompanhamento analisa as propostas.
2. As propostas que reúnam as condições de elegibilidade, de acordo com os critérios definidos no artigo 18.º, são transformadas em projetos que, posteriormente, serão colocados à votação, sendo excluídas as restantes propostas.
3. Os projetos que resultarem da análise da Comissão de Análise e Acompanhamento não têm obrigatoriamente de ser uma transcrição das propostas que lhe deram origem, dado que existem propostas que, para terem condições de execução, poderão necessitar de ajustes técnicos. Esta adaptação, contudo, requer sempre o diálogo prévio com o respetivo proponente.
4. A semelhança do conteúdo ou a proximidade geográfica entre propostas poderá originar a integração de várias propostas num só projeto.
5. Após a análise técnica, o Município torna pública a lista dos projetos aprovados e das propostas excluídas, para que, no prazo de 10 dias úteis, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, possam ser apresentados eventuais recursos pelos interessados.
6. Os recursos apresentados serão decididos pela Comissão de Supervisão do Orçamento Participativo, em reunião destinada a este efeito.
7. Terminado este período é divulgada a lista final dos projetos que passam à fase de votação.

Artigo 12.º

Votação

1. A votação far-se-á através de meios próprios, concebidos para o efeito, previsivelmente nos meses de agosto, setembro e outubro.
2. Para a votação das propostas finalistas, a Câmara Municipal de Oleiros disponibiliza os seguintes canais de participação:

- a) Página de internet dedicada;
 - b) Voto presencial, na Câmara Municipal de Oleiros e nas Juntas de Freguesia
3. Cada participante tem direito a um voto;
 4. A votação será restrita aos cidadãos tenham recenseamento eleitoral no Concelho de Oleiros;
 5. Os cidadãos jovens com 16 e 17 anos de idade não recenseados poderão votar após uma pré-inscrição em plataforma própria para validação da residência;
 6. Os votos exercidos presencialmente serão carregados no site do Orçamento Participativo por elementos designados pela Comissão de Análise e Acompanhamento, a quem cabe a supervisão do processo;
 7. Caso se verifique empate na votação, o critério de desempate será o da data/hora de entrada da proposta;
 8. Durante a fase de votação, na página da internet do Orçamento Participativo será apresentado em tempo real o número e a distribuição dos votos expressos até ao momento para cada projeto, de forma a estimular estratégias de organização e mobilização dos cidadãos.

Artigo 13.º

Apresentação dos Resultados

Os projetos mais votados são incorporados na proposta de Orçamento do Executivo Municipal e serão apresentados publicamente, previsivelmente durante o mês de novembro.

Artigo 14.º

Avaliação e Prestação de Contas

1. Os resultados alcançados pelo Orçamento Participativo são objeto de avaliação por parte da Comissão de Análise e Acompanhamento, previsivelmente no mês de dezembro, nas seguintes dimensões:
 - a) adesão ao processo;

- b) dinâmica participativa;
 - c) identificação de problemas;
 - d) aperfeiçoamento do processo.
2. Antes da implementação de qualquer outra edição do Orçamento Participativo, será efetuada uma análise prévia, por parte da Câmara Municipal, com base num relatório de avaliação efetuado pela Comissão de Análise e Acompanhamento e pela Comissão de Supervisão do Orçamento Participativo.
 3. Será disponibilizada de forma permanente, para consulta dos cidadãos, num portal digital criado para o efeito, toda a informação relevante respeitante ao Orçamento Participativo, assim como o relatório global que será elaborado no final do processo.

CAPÍTULO III

MODELO DE PARTICIPAÇÃO

Artigo 15.º

Participação

1. O processo do Orçamento Participativo Jovem de Oleiros é aberto à participação de todos os cidadãos com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos, tenham recenseamento eleitoral no Concelho de Oleiros;
2. Os cidadãos jovens com 16 e 17 anos de idade não recenseados poderão participar após uma pré-inscrição em plataforma própria para validação da residência;
3. O processo do Orçamento Participativo Geral de Oleiros é aberto à participação de todos os cidadãos com 25 ou mais anos, que tenham recenseamento eleitoral no Concelho de Oleiros;
4. A participação deve ser sempre realizada em nome individual;
5. Cada participante apenas pode submeter uma proposta.

Artigo 16.º

Formas de Participação

Os cidadãos interessados podem participar:

- a) Através da submissão de propostas através de meio digitais;
- b) Através da apresentação de propostas, nas Assembleias Participativas;
- c) Manifestando-se, no período de dez dias previstos para recurso, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, relativamente aos resultados apresentados após a fase de análise técnica;
- d) Na votação dos projetos, havendo direito a apenas um voto por cidadão.

Artigo 17.º

Assembleias Participativas

1. As Assembleias Participativas visam:
 - a. Acolher a participação dos participantes com dificuldades de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
 - b. Dinamizar o exercício da cidadania no que diz respeito ao debate público;
 - c. Prestar, presencialmente, esclarecimentos sobre todo o processo do Orçamento;
 - d. Acolher propostas, permitir a sua apresentação e discussão sobre as mesmas;
2. Para participar nas Assembleias Participativas todos os cidadãos devem estar devidamente identificados em folha de presenças a passar na própria Assembleia, antes do início dos trabalhos.
3. Os participantes do Orçamento Participativo Geral e Jovem podem formalizar as suas propostas nas Assembleias Participativas que terão lugar nas Juntas de Freguesia ou em outros locais, em data e local a definir pelo Presidente da Câmara Municipal.
4. Os participantes do Orçamento Participativo Jovem podem formalizar as suas

- propostas nas Assembleias Participativas referidas no número anterior e numa outra Assembleia Participativa a realizar exclusivamente para o efeito;
5. Cada participante pode apresentar apenas uma proposta;
 6. São aprovadas todas as propostas mais votadas, até ao limite do valor a afetar ao Orçamento Participativo;
 7. As sessões são presididas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo seu substituto legal, coadjuvado por, pelo menos, outro membro da Comissão de Análise e Acompanhamento, e pelo respetivo Presidente da Junta de Freguesia, aquando das assembleias definidas no n.º 3 e secretariadas por um técnico municipal que elabora a ata respetiva;
 8. As Assembleias participativas podem realizar-se independentemente do número de participantes, sendo apenas espaços de esclarecimento, apresentação e discussão de propostas;
 9. A ordem de trabalhos é composta pela apresentação do Modelo de Orçamento Participativo, seguida de debate, apresentação e eventual discussão pública de propostas apresentadas;

Artigo 18.º

Propostas

1. São consideradas elegíveis as propostas que:
 - a) Se insiram no quadro de competências e atribuições da Câmara Municipal de Oleiros;
 - b) Forem suficientemente específicas e delimitadas no território municipal;
 - c) Não excedam o montante determinado pelo Executivo Municipal;
 - d) Sejam compatíveis com outros projetos e planos municipais, ou quando a sua execução não inviabilize qualquer projeto ou iniciativa do Plano Estratégico Municipal.
2. As propostas podem incluir investimentos, manutenções, programas, atividades ou eventos;
3. As propostas consideradas elegíveis são transformadas em projetos, com a indicação

do respetivo orçamento e do prazo previsto para a sua execução.

4. São excluídas as propostas que a Comissão de Análise e Acompanhamento entenda não reunirem os requisitos necessários à sua implementação, designadamente por:
- a) Não apresentar todos os dados necessários à sua avaliação ou que não permitam a sua concretização;
 - b) Não sejam inovadoras e diferenciadoras para o Concelho de Oleiros;
 - c) O valor da proposta ultrapassar o limite orçamental anualmente definido pelo Município;
 - d) Contrariar regulamentos municipais ou violar a legislação em vigor;
 - e) Configurar venda de serviços a entidades concretas;
 - f) Contrariar ou serem incompatíveis com planos ou projetos municipais;
 - g) Estarem a ser executadas no âmbito do Plano Anual de Atividades Municipal;
 - h) Serem demasiado genéricas ou muito abrangentes, não permitindo a sua adaptação a projeto;
 - i) Não serem tecnicamente exequíveis;
 - j) Implicarem custos de manutenção e funcionamento acima do admissível para projetos semelhantes;
 - k) A sua implementação beneficiar direta ou indiretamente, determinada entidade ou pessoa em particular;
 - l) Darem entrada no site ou nos serviços fora do prazo estipulado para o efeito.
5. Os membros de órgãos políticos com funções executivas no concelho de Oleiros, os elementos da Comissão de Supervisão e os elementos da Comissão de Análise e Acompanhamento estão impossibilitados de apresentar propostas.

Artigo 19.º

Projetos Vencedores

São vencedores os projetos mais votados pelos cidadãos, até ao limite da verba definida para a presente edição do Orçamento Participativo.

Artigo 20.º

Acompanhamento

O cidadão que apresente uma proposta vencedora, deve acompanhar todo o processo de concretização da mesma.

CAPÍTULO IV

CONSTITUIÇÃO E FUNÇÕES DAS COMISSÕES

Artigo 21.º

Comissão de Supervisão do Orçamento Participativo

1. A Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal a constituição de uma comissão para supervisão de todas as fases do processo do Orçamento Participativo, a ser constituída na primeira sessão do ano, após aprovação das normas.
2. A Assembleia Municipal designará um elemento de cada Partido Político, com representação nesse órgão, para acompanhar todo o desenvolvimento deste processo;
3. A Comissão de Supervisão do Orçamento Participativo tem por missão:
 - a) Assegurar o cumprimento das Normas do Orçamento Participativo;
 - b) Acompanhar e avaliar a transparência de todas as fases do processo;
 - c) Decidir sobre recursos apresentados.

Artigo 22.º

Comissão de Análise e Acompanhamento

1. A Comissão de Análise e Acompanhamento é composta pelo Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto legal, que preside à comissão, por três técnicos municipais e por um elemento designado pela Assembleia Municipal com representação nesse órgão;
2. A Comissão de Análise e Acompanhamento é constituída em reunião da Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara.
3. A Câmara Municipal garante apoio através dos serviços municipais aos cidadãos que tenham apresentado propostas, para a sua reelaboração, no caso em que a análise técnica não permita acolher a sua primeira formulação;
4. A Comissão de Análise e Acompanhamento tem por missão acompanhar todas as fases do processo, nomeadamente:
 - a) Definir a metodologia do Orçamento Participativo;
 - b) Criar os instrumentos de participação;
 - c) Organizar as Assembleias Participativas;
 - d) Avaliar a elegibilidade das propostas;
 - e) Zelar pelo normal funcionamento do processo do Orçamento Participativo;
 - f) Apresentar à Câmara Municipal a identificação das propostas vencedoras;
 - g) Executar o Relatório de Avaliação do orçamento Participativo.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 23.º

Casos Omissos

As omissões ou dúvidas decorrentes da interpretação das presentes normas de participação serão resolvidas pela Comissão de Análise e Acompanhamento.

Artigo 24.º

Revisão das Normas de Participação

As presentes Normas de Participação estão sujeitas, no mínimo, a uma avaliação anual, podendo ser alteradas e revistas por deliberação do órgão competente sempre que tal se manifeste como necessário.

Artigo 25.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação nos termos legais.